

35º Encontro Nacional da Anpocs

GT 24 – O pluralismo na teoria contemporânea

A teoria do frame e a análise dos novos movimentos sociais

Jordão Horta Nunes

Caxambu, outubro de 2011

A teoria do frame e a análise dos novos movimentos sociais

Jordão Horta Nunes

Embora haja diferentes concepções de movimentos sociais na produção sociológica é possível detectar um consenso, nas reconstruções contemporâneas sobre o tema (e.g., ALONSO, 2009; GOHN, 2008; SNOW, D., SOULE, S.A.; KRIESI, H., 2004) em torno de características que seriam próprias de um movimento social. A primeira delas é a mobilização coletiva, identificada e explicada de diferentes formas nas diversas teorias dos movimentos sociais: comportamento coletivo, ação coletiva, redes, ação conjunta ou coordenada etc. A segunda é reivindicar ou propor mudanças, ou seja, intervir na realidade social, com algum nível de organização. Evidencia-se também um caráter não-institucional na ação efetivada, em alguma medida. Finalmente, a ação coletiva, para ser considerada movimento social, deve apresentar alguma continuidade temporal.

Compartilhando de algum modo esses elementos, as teorias dos movimentos sociais são fundamentadas, desde seu início nos anos 1970 até os dias de hoje, por princípios diferentes, ligados mais à estrutura ou ao macrossocial, à psicologia do comportamento social, à racionalidade estratégica, a dimensões culturais, simbólicas, expressivas ou identitárias. Angela Alonso, em artigo recente, identifica três famílias de teorias dos movimentos sociais, que emergiram a partir de 1970 e que hoje podem ser consideradas clássicas: a teoria de mobilização dos recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977), a teoria do processo político (TILLY, 1975) e a teoria dos novos movimentos sociais (TOURAINÉ (1978), HABERMAS (1981), MELLUCI (1980, 2001). No entanto, pode-se reconstruir a gênese do conceito de movimentos sociais em autores que precedem e muito as teorias clássicas, bem como identificar discussões e incorporações teóricas mais recentes. Com objetivo inicial de analisar a influência do interacionismo simbólico nas teorias dos movimentos sociais, identificaremos alguns antecedentes na teoria do comportamento coletivo de Blumer e no conceito de ordem negociada em Anselm Strauss.

Blumer é o autor da mais célebre formulação dos princípios do Interacionismo Simbólico (doravante IS), reproduzida na maioria dos compêndios escolares e livros de introdução à perspectiva (e.g. LINDESMITH, STRAUSS, DENZIN, 1988; CHARON, 1979; STONE, FARBERMAN, 1970). No ensaio “The methodological position of Symbolic Interactionism” (1969, p. ,1-60) Blumer, declarando-se sobretudo fiel ao pensamento de George Herbert Mead, que considera o principal responsável por estabelecer os fundamentos da abordagem, enuncia as premissas básicas do IS, que supõe

constituírem um quadro comum, uma visão geral no estudo da vida humana em grupo, compartilhada por Mead, Dewey, Thomas, Znaniecki, Baldwin, Redfield e Wirth: os seres humanos agem com as coisas com base nos sentidos que as coisas apresentam para elas; essas “coisas” incluem tudo que os seres humanos podem perceber no mundo, como objetos físicos, categorias de objetos, instituições, ideais, atividades e situações; o sentido dessas coisas é derivado ou emerge da interação social que temos com nossos semelhantes; esses sentidos são manipulados e modificados por um processo interpretativo usado pela pessoa ao lidar com as coisas que ela encontra (Cf. NUNES, 2005, p. 25-6). Embora essa formulação, que constitui o Lakatos (1978, p. 47) designaria como “heurística positiva” da escola interacionista, tenha sido expressa quando já havia um programa de pesquisa orientado por esses princípios metodológicos, implicando um certo consenso a respeito do quadro conceitual da perspectiva, há indícios de sua influência metodológica já no capítulo “Comportamento coletivo”, que Blumer escreveu para uma coletânea editada por Robert Park e utilizada na formação sociológica dos alunos de graduação na Escola de Chicago (*An Outline of the Principles of Sociology*, 1939).

Na teoria blumeriana do comportamento coletivo, o motor de fenômenos sociais coletivos desde a explosão incontrolável de uma multidão num estádio de futebol até a ação coordenada de movimentos sociais ambientalistas como o Greenpeace é um estado de inquietação social (*social unrest*). Porém o comportamento de uma manifestação como um linchamento exemplifica um comportamento coletivo elementar, um tipo de interação caracterizada pela “reação circular”, em que os indivíduos refletem, como numa forma de contágio, o estado sentimental de outros, dessa forma amplificando esses sentimentos. Essas formas de agrupamentos coletivos, como a multidão, o público e a massa são “elementares, naturais e espontâneas, emergindo sob certas circunstâncias ajustadas” e operam “fora de um arcabouço governante de regras e da cultura” (1939, p. 253). Já os movimentos sociais são vistos como “empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida” (id., p. 255). Blumer vê os movimentos sociais como processos com origem na insatisfação com a forma de vida, de início espontâneos e mal organizados mas que, em seu desenvolvimento, adquirem uma cultura e uma organização social, com regras e valores, uma liderança estabelecida e uma divisão de trabalho duradoura. Assim, o movimento social constitui o final de um processo caracterizado por mudanças de valores graduais e convincentes, “que podem ser

chamadas de tendências culturais [*cultural drifts*]” (id., p. 256). Influenciado pela ontogênese do self que Mead elabora em *Mind, self and society* (1932), Blumer enfatiza a necessidade de ver o movimento social de uma perspectiva temporal e evolutiva:

Em seu início o um movimento social é frouxamente organizado e caracterizado pelo comportamento impulsivo. Não tem objetivo claro; seu comportamento e pensamento estão principalmente sob a dominância da inquietude e da excitação coletiva. Assim que um movimento social se desenvolve, entretanto, seu comportamento, que originalmente foi disperso, tende a se tornar organizado, solidificado e persistente. É possível delinear aproximadamente estágios na carreira de um movimento social que representam essa organização crescente. (1939, p. 259)

A explicação blumeriana dos movimentos sociais está ligada a uma teoria do comportamento coletivo geral direcionado à mudança ou à intervenção social, que adquire, no curso de sua evolução, um caráter societário, passando a merecer o atributo de movimento social. No entanto, Blumer distingue três tipos de movimentos sociais: gerais, específicos e expressivos. Na trajetória de todos está o estado de inquietude social na origem, a progressiva transformação cultural de valores e a crescente organização. No tipo geral, identificamos algumas tendências culturais na história contemporânea, como a valorização da educação e o cuidado com as crianças, que acarretam novas concepções do self aos agentes sociais, que passam a adquirir novas disposições e interesses e a terem suas condutas orientadas em certo sentido. Quando ocorre uma cristalização desses motivos para insatisfação e uma reorientação do self diante de novos anseios e desejos, focalizando e objetivando esse tipo de motivação estamos diante das condições para a emergência de um movimento social específico, caracterizado pelo desenvolvimento de uma liderança reconhecida e de um tipo de afiliação caracterizada pela constituição de consciência do coletivo (*we-consciousness*), articulada por um conjunto de regras e valores, além de um corpo geral de expectativas. Pode-se dizer que, no nível de movimento social, a ação coletiva toma o lugar do comportamento coletivo.

Blumer considera os movimentos “reformistas” e “revolucionários” como principais instâncias de movimentos sociais específicos, que apresentam objetivos definidos e metas a serem alcançadas. Entretanto, sua análise não valoriza, como ocorreria quase quarenta anos depois na família de teorias de mobilização de recursos (TMR), a organização racional do movimento como resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. Segundo essa perspectiva, a ação coletiva só se viabilizaria na presença de uma

coordenação efetiva de ativistas e apoiadores e da organização dos recursos materiais (financeiros e infraestrutura). Ainda que a TMR e a teoria dos movimentos sociais como comportamento coletivo organizado socialmente priorizem a análise de como ocorre o processo de constituição do movimento, ou seja, os meios e mecanismos e não suas causas ou razões, Blumer, renunciando o repertório conceitual do interacionismo simbólico, valoriza epistemologicamente a situação social. Ao analisar, por exemplo, a importância da agitação no movimento social, como “meio de excitar as pessoas e despertar nelas novos impulsos e idéias que as tornam inquietas e insatisfeitas” (1939, p. 260), o autor considera dois tipos de situação social. A primeira, marcada por abuso e discriminação injusta, mas em que os agentes envolvidos consideram natural a situação e não a questionam. Nessa situação o papel do agitador é levá-los a desafiar e questionar seu próprio modo de vida, criando a inquietude social onde ela não ocorria. Em outra situação as pessoas já estão alertas, inquietas e descontentes, mas são muito tímidas para agir ou não sabem o que fazer. Aqui o agitador deve intensificar, liberar e orientar as tensões que os agentes já experimentam. Há um perfil de *self* e um tipo de performance correspondente que seriam adequados ao agitador em cada uma das situações.

Blumer emprega, nessa passagem de seu ensaio, embora ainda de forma precária e incipiente, um conceito básico do interacionismo simbólico: definição da situação. Sua primeira formulação está em *The Unadjusted Girl*, de William Thomas: “*Antes de qualquer ato de comportamento autodeterminado há sempre um estágio de exame e deliberação que podemos chamar de definição da situação.* Na realidade não só os atos concretos são dependentes da definição da situação, mas toda uma conduta de vida e a personalidade do próprio indivíduo derivam, gradualmente, de uma série de tais definições” (1923, p. 42, destaque do autor). Uma situação pode ser caracterizada pelo enquadramento de tipos de conduta socialmente reconhecidos a posições ou atribuições funcionais, num processo interativo. Sob um ponto de vista metodológico, essa caracterização da situação parece similar à que fornece as teorias culturalistas dos papéis e status sociais (e.g., Linton, 1938). Contudo, trata-se de uma concepção mais dinâmica, que ressalta o processo de construção dos papéis, tendo em vista as atitudes e o desempenho em situações interativas. A situação é vista como manipulável pelos agentes, por meio de estratégias de representação e condução da aparência; os indivíduos e grupos tem um papel ativo na constituição de suas personalidades e posições de status. Por outro lado, sempre que os participantes numa situação social compartilham uma mesma

definição, a coordenação é facilitada e isso é fundamental para o êxito dos movimentos sociais.

A definição da situação, que pode ser considerada um processo cognitivo e social, está associada, na teoria do comportamento coletivo de Blumer, a outros processos construtivos, de ordem psicológica, filosófica e estratégica. Dentre os primeiros está um tipo de envolvimento na situação, atingido pelo desenvolvimento de um *esprit de corps* (espírito de equipe) e o fortalecimento do estado de ânimo (*morale*). A dimensão filosófica consiste na construção de uma ideologia de grupo, incorporada em doutrinas, crenças e mitos, que devem ser reconhecidas subjetivamente, mas também possuir um apelo popular, para ser eficaz no movimento. Blumer conclui a caracterização dos movimentos sociais específicos ressaltando o papel da tática para obter e manter a adesão, bem como atingir os objetivos. As estratégias sempre dependem da natureza da situação em que o movimento está operando e sempre tem como referência o histórico cultural do movimento. (Blumer, 1939, p. 269).

O recurso metodológico à situação social seria empregando de forma mais profícua por outros interacionistas, como Goffman (2002) [1964] (e Lyman & Scott (1989). Influenciados pelo seminal artigo “Situating actions and vocabulary of motives”, de Wright Mills (1940), admitiram a possibilidade de caracterizar lingüisticamente uma situação, comparando “vocabulários” associados a determinados tipos de ações contextualizadas, o que deu origem a interessantes e profícuos desenvolvimentos, como a teoria sociológica dos motivos, mas também extensões na sociolinguística e nas ciências da cognição. Segundo Wright Mills, não há como atingir os estados mentais de outros, mas há uma forma empírica de dirigir investigações sociológicas sobre motivos, por meio da construção de vocabulários típicos latentes em situações e ações específicas: a variável é o vocabulário de motivos aceito, os extremos do discurso, em cada grupo dominante para a formação da opinião de um indivíduo. Robert Benford (1993), empregou dados produzidos numa pesquisa com duração de quatro anos sobre processos de mobilização em nível microssocial para recrutamento e participação em movimento social pelo desarmamento nuclear, identificou e elaborou quatro vocabulários de motivos que emergiram da interação entre os ativistas, patrocinadores , simpatizantes e outros significantes: severidade, urgência, eficácia e decência. Esses vocabulários forneceram aos atores razões convincentes para agir em prol do movimento ou de sua organização.

A fronteira com a psicologia social, principalmente com o behaviorismo psicológico de Mead, marcou as análises dos movimentos sociais até os anos 1950 e 1960. A TMR, apesar de contrastar com a teoria do comportamento coletivo por enfatizar a racionalidade estratégica em contraposição aos determinantes culturais, compartilhava com esta o enfoque micro. As outras duas famílias teóricas adotaram uma perspectiva macrosociológica e histórica e contestavam as explicações economicistas da ação coletiva. As teorias do processo político (TPP), cujo representante mais conhecido é o cientista social estadunidense Charles Tilly, não priorizam a escolha racional e a estratégia na constituição do movimento social, mas a “estrutura de oportunidades políticas”, um conjunto de subsídios ou constrangimentos políticos, que favorece ou restringe as possibilidades de escolha. A dimensão explicativa do cultural aparece na adequação entre os repertórios do movimento social, i.e., os tipos de recursos empregados para a *ação* política (passeatas, listas de assinaturas, declarações públicas, panfletagem, violência direta etc.) e o contexto histórico social. Entretanto o fator que estrutura propriamente o repertório de um movimento social para sua prática de “interação contenciosa” entre desafiantes e detentores do poder é o regime político.

A TMR e a TPP não valorizam a cultura como fator explicativo ou motivador dos movimentos sociais, mas a racionalidade da organização e a ação política. No caso da TPP há proximidade com o cultural, mas este é dependente, como no caso dos repertórios de mobilização e contensão, do regime político e do contexto histórico-social. Há escassa licença epistemológica para a perspectiva interpretativa ou construcionista. São as teorias dos novos movimentos sociais (TNMS) que comportam condições epistemológicas mais favoráveis à compatibilidade com as teorias interacionistas dos movimentos sociais, inclusive as teorias do frame da ação coletiva ou do protesto. Acata-se, nesse aspecto, a posição de Angela Alonso, admitindo que as teorias dos novos movimentos sociais, embora não evidenciem uma coesão suficiente para serem consideradas escolas, do ponto de vista metodológico, compartilham “um ar de família” dentre seus principais teóricos: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci: “são todos críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. Nisso não diferem da TPP. A especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os movimento sociais” (2009, p. 59). Dentre esses três autores, Habermas desponta como o que teve maior influência da escola interacionista, embora a tenha demonstrado sobretudo em suas primeiras obras,

como *A lógica das ciências sociais* (1996 [1967]). Habermas remete a Anselm Strauss e sua compreensão da ação social a partir do contexto de uma seqüência de interpretações; cada nova interpretação é uma imagem revisada do passado à luz de um futuro antecipado. Novas situações e eventos problemáticos exigem uma distinta aplicação de enunciados comunicativos; para isso o novo vocabulário a empregar deve ser reconhecido pelas próprias pessoas de referência. Inversamente, uma mudança nas pessoas de referência ou de grupo exige uma adaptação a novas terminologias, dentro das quais as situações do agente e a própria identidade são objeto de uma nova interpretação. As pausas no processo de socialização vêm sendo caracterizadas pela mudança na terminologia e pelo esforço de substituir as interpretações que se tornaram inverossímeis. A perda da linguagem significa a perda de um mundo. Este é o conceito lingüístico de alienação, ao qual, do ponto de vista da psicologia social, na leitura de Habermas, corresponde a uma perturbação da identidade do Eu. O mesmo vale para os grupos sociais cuja identidade se vê ameaçada. Ao declarar que os processos sociais devem ser analisados em termos de mudanças de linguagem, concordando com Strauss e, retrospectivamente, com algo da teoria sociológica dos motivos, atrás comentada, Habermas demarca seu interesse sobre uma problemática, muito presente no interacionismo simbólico, que viria a desenvolver em profundidade nos capítulos I e III de *A teoria da ação comunicativa*: quais são as estruturas e regras básicas que todos devem dominar para aprender uma língua e se relacionar com o mundo, com outras pessoas, levando em conta intenções, desejos e sentimentos? (HABERMAS, 1984, 1987)

A teoria do *frame* goffmaniana influenciou significativamente na metodologia de pesquisa sobre os movimentos sociais, a partir dos anos 1980. O quadro (*frame*) é um artifício que seleciona, segundo as intenções e perspectivas de um sujeito individual ou coletivo, aquilo que percebemos. Em *Frame Analysis* (1974), Goffman, influenciado por William James (1950), Schutz (1945), mas também pela análise que Gregory Bateson realizou da metacomunicação (1972), considera o *frame* como um guia que constrange a interpretação, constituindo também uma condição necessária para sua existência. Existe sempre uma ação subjacente ao quadro e que não é definida ou estruturada unicamente pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso. O enquadramento (*framing*) exige técnica e arte, é um artifício, ou artefato, que condiciona a percepção e a experiência. O frame do cinema, por exemplo, além de exigir uma técnica sofisticada para sua produção, requer um condicionamento

cultural para sua recepção em salas e horários apropriados. Nas salas de exibição na Índia, por exemplo, é comum a manifestação ruidosa do público, que aplaude, assobia, canta e dança com os atores ou até joga moedas em direção à tela. Esse tipo de comportamento seria considerado inadequado em outros países. O construto do *frame* traz várias vantagens à análise dos movimentos sociais, por constituir uma perspectiva que permite articular posições epistemológicas outrora dispostas dicotomicamente, ainda que sem integrá-las ou superá-las, pois elas ainda são constitutivas de nossas práticas culturais, no mundo em que a ciência já participa, reflexivamente, não só da crítica, mas também da produção e do usufruto dessas práticas: criador e obra, produção e recepção, platéia e palco, produtor e público-alvo, ativista e potencial ativista a ser recrutado, pesquisador e interlocutor pesquisado.

No início dos anos 1980 iniciou-se uma crítica à tendência dominante nas teorias dos movimentos sociais em direção à sociologia organizacional e aos modelos de tomada de decisões com base em teorias da escolha racional, efetivando um giro, ou melhor, um retorno cultural na análise dos movimentos sociais, de certa forma retomando as raízes na fronteira com a psicologia social. Snow e Benford (1986) criticaram a “visão estática da participação” nas teorias sobre os movimentos sociais, encontrando na análise do *frame* elementos para identificar os fatores que contribuem para o sucesso dos movimentos. O modo em que um movimento social enquadra um problema é um dos indicadores da sua tendência para formar a opinião pública. Os quadros servem como “andaimes conceituais” para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes. Os quadros não estão em padrões de conversação culturalmente assimilados; ao contrário, os indivíduos é que controlam o processo de enquadramento. Assim, o estudo dos obstáculos que limitam o potencial desenvolvimento de quadros num dado contexto social transforma-se em estratégia político-ideológica (NUNES, 2004).

David Snow, reconstruindo as proposições básicas do interacionismo simbólico formuladas por Blumer, identifica o princípio de simbolização como foco principal da perspectiva e considera o conceito goffmaniano de *frame* como a “ilustração e a ampliação concreta do modo pelo qual o sentido e a simbolização podem ser culturalmente impetrados e incorporados” (2001, p. 371). Para o movimento social interessa saber quais tipos de contextos e processos sociais, formas organizacionais ou relações facilitam ou retardam a fixação dos sentidos, ou tornam as simbolizações justificadas e rotineiras, até que se incorporem nos *habitus*, na acepção de Bourdieu, ou

nas estruturas primárias (*primary framework*) do *frame*, no dizer de Goffman. Afinal, afirma Snow, uma das funções mais definidas dos movimentos sociais é estipular “*frames* novos ou alternativos de queixas e infortúnios reconhecidos, transformando-os em injustiças ou transgressões morais” (2001, p. 372).

David Snow e Robert Benford tiveram experiência prática nos frames que analisaram ou de que participaram. Os primeiros, além de ostentarem uma produção significativa na pesquisa sobre movimentos sociais, participaram ativamente como ativistas e na organização de protestos e movimentos. Foram pioneiros na identificação das funções que um quadro da ação coletiva deve desempenhar, que já transcenderam o âmbito acadêmico e figuram na agenda prática dos movimentos sociais. A construção de um quadro da percepção aos potenciais afiliados ao movimento deve conter (SNOW & BENFORD, 1988): o enquadramento diagnóstico, onde se apresenta uma nova interpretação dos assuntos ou eventos, com a intenção de mobilizar à ação; o enquadramento prognóstico, apresentando uma solução ao problema diagnosticado; o enquadramento motivacional, em que se tenta prover uma razão ou motivo para agir conjuntamente. Vários estudos empíricos subsequentes identificaram e analisaram vários tipos de enquadramento prognóstico que movimentos sociais específicos construíram e efetivaram, concluindo que, em geral, os movimentos tendem a identificar vítimas de uma tipo de injustiça e amplificar simbolicamente essa vitimização. Contudo, ainda que a injustiça seja um motivo muito comum na maioria dos frames de protesto, não se demonstrou empiricamente que em movimentos ligados à religião ou identidade seja indispensável trabalhar com o elemento da injustiça.

Em relação ao enquadramento prognóstico, ou seja, a “o que fazer” para solucionar a questão social, é mais difícil generalizar diante da multiplicidade de possíveis casos. Contudo, algumas pesquisas atestam que “a identificação de problemas e causas específicas tende a constranger o intervalo de possíveis soluções “razoáveis” e estratégias propostas” (SNOW & BENFORD, 2000). Deve-se também atentar para o contrafactual, levando em conta a que a organização de um movimento social se efetiva numa conjuntura em que se confrontam entidades como uma “indústria” dos movimentos sociais, seus oponentes (como o governo), a mídia e os expectadores, que frequentemente se posicionam “em cima do muro”. Assim, a organização deve prever o discurso e os vocabulários de motivos dos oponentes, antes de planejar o conteúdo do frame. J. Zuo e Benford, que analisaram o movimento democrático chinês em 1989 detectaram que os

estudantes, antecipando a estratégia do Estado de rotular o movimento como “contra-revolucionário” e “agitador”, empregaram um repertório tático que foi consistente com tradicionais narrativas culturais chinesas, enfatizando valores como o auto-sacrifício e a devoção à comunidade (apud SNOW & BENFORD, 2000). Finalmente, o enquadramento motivacional, que provê razões para a luta e o engajamento na ação coletiva, requer a identificação, construção ou ressignificação simbólica de vocabulários de motivos apropriados.

O emprego metodológico da teoria do quadro à análise e organização de movimentos sociais é bastante profícuo. No próprio *Frame Analysis* já há um elementos que, empregados em nível metateórico, apresentam grande potencial heurístico na extensão de diversas teorias existentes sobre movimentos sociais. O primeiro deles é a propriedade de transformação dos quadros. As transformações em quadros são de dois tipos: modulações (*keyings*) ou fabricações (*fabrications*). Realizamos uma modulação¹ no quadro quando “organizamos a experiência em termos de outro domínio (universo de significado sustentado por uma atividade) da experiência vivida, conhecendo apenas o que está envolvido, ou quando criamos outros domínios para nós mesmos ou ainda subvertemos a credibilidade de um domínio para outros” (NUNES, 2004, p. 158-159). Pode-se, por exemplo, empregar a observação de uma sequência de fatos num intervalo de tempo e transformá-la numa narrativa falada, ou numa crônica, ou numa história em quadrinhos. No frame da ação coletiva, uma petição coletiva pode ser realizada da forma tradicional, por lista de assinaturas em papel, mas também por mensagens de correio eletrônico ou chamadas telefônicas. Uma manifestação de repúdio, como outro exemplo, pode ser “modulada” em performances satíricas em locais públicos, declarações feitas por personalidades ou artistas em rádio, TV ou em mídias virtuais; artigos de opinião em jornais ou blogs etc.

O segundo importante elemento da teoria do frame goffmaniana decorre da importância que os proferimentos e enunciados comunicativos ostentam nos repertórios, na acepção de Charles Tilly, da ação coletiva: reivindicações por direitos e acesso a recursos em manifestações, passeatas, assembléias, greves, comícios etc.). O quadro conceitual das teorias clássicas da comunicação, baseado na tríade emissor-mensagem-

¹ Goffman faz aqui uma analogia entre as transformações em quadros da percepção e as mudanças de tonalidade na música. Para uma análise das analogias e do “modelo do estúdio” que Goffman constrói para explicar as transformações nos frames, consultar NUNES (2004, p. 175-180).

receptor, seria precário para explicar as diferentes conformações do self em situações comuns da vida cotidiana, que envolvem dissimulações, omissões, ênfases, equívocos, fraudes etc. É mais inadequado ainda para a análise de comunicações mediadas por artefatos eletrônicos (telefone, celular, teletransmissão etc.) ou por computadores. O modelo do self como falante na comunicação, embora formulado numa época em que a telemática ainda estava no horizonte, contribuiu significativamente para a análise do quadro da ação coletiva. Na teoria do quadro de Goffman, o *self* como falante divide-se em quatro entidades diferentes: *responsável*, *estrategista*, *animador* e *figura* (cf. Goffman, 1974, p. 5). Numa conversação normal, o próprio falante pode incorporar as quatro entidades, embora em muitos casos não o faça. Apresenta-se abaixo, para ilustrar o modelo, um trecho de mensagem enviada por correio eletrônico pela rede ativista Avaaz, em uma de suas campanhas, no dia 10 de junho de 2011:

A presidente Dilma deu o sinal verde para a construção da barragem de Belo Monte que destruirá enormes áreas da Amazônia. **O cacique Raoni**, chefe do povo caiapó, **jurou lutar contra a usina até o fim**. Vamos apoiá-lo como brasileiros e enviar uma **inundação de telefonemas à presidenta Dilma, instando-a a impedir Belo Monte e salvar a Amazônia agora!** [destaques no original]

Na mensagem original o texto reproduzido figura num quadro à direita de um texto explicativo mais extenso, como uma chamada jornalística em destaque com o conteúdo essencial acompanhada de uma contextualização factual informativa e argumentativa, mas também com apelo emotivo, dos atos contenciosos e das respostas do governo. O discurso indireto é utilizado em duas sentenças que remetem a ações efetivadas pela presidente Dilma e por seu oponente em relação à construção da usina, o cacique caiapó Raoni. O efeito dos destaques em negrito nas duas frases sobre duas figuras proeminentes e representativas e suas ações, a aprovação pela chefe do poder executivo e sua contestação pelo representante chefe de um povo autóctone simbolicamente relacionado à defesa do meio ambiente, é representar uma situação em que esses oponentes estejam um diante de outro, ou seja, uma situação interativa de confronto. O leitor é convidado e motivado a efetivar uma comunicação, ainda que intermediada por telefone, apoiando Raoni e sua causa, à presidente Dilma. Embora o chamado dificilmente seja atendido diretamente pela interlocutora desejada, o efeito físico e simbólico da estratégia é muito maior do que, por exemplo, uma petição assinada. Esse tipo de recurso, que podemos considerar já convencionalizado no

repertório das redes de ativismo globais, geralmente não é aplicado no início de uma campanha. Em 2011 a Avaaz enviou quatro mensagens por correio eletrônico em sua campanha contra a construção de Belo Monte. As duas primeiras (13 e 17/01/2011) solicitavam a assinatura de uma petição à presidente Dilma contra a construção da barragem, logo após a auto demissão do presidente do Ibama e as duas últimas já solicitavam uma ação mais direta, a ligação telefônica ao gabinete da Dilma. Embora a mensagem esteja em nome de “Ben, Graziela, Alice, Ricken, Rewan e toda a equipe da Avaaz” pode-se conjecturar que eles sejam, mas propriamente, “animadores” de um texto em que a responsabilidade autoral não possa ser creditada totalmente a um ou a todos eles, mas já faça parte de um “repertório” da ação coletiva em redes ativistas globais, em que muitas outras pessoas trabalharam como “estrategistas”, disponibilizando, inclusive, na própria mensagem, um vocabulário de motivos adequado para uma educada (pelo menos nessa fase da campanha), ainda que direta, franca e justificada, declaração de oposição à construção da obra:

Aqui estão algumas sugestões do que dizer – lembre de ser educado e respeitoso ao ligar.

- *Eu estou ligando para insistir que o projeto da usina de Belo Monte seja interrompido*
- *Construir a usina destruirá 400.000 acres de floresta tropical Amazônica - um desastre para animais, plantas, e pessoas que dependem desse ecossistema sensível para viver*
- *40% dos requisitos em saúde, educação, saneamento e proteção às terras indígenas não estão sendo garantidos pelo consórcio Norte Energia S.A. (NESA)*
- *Violência e especulação de terras cresceram nos últimos meses enquanto saúde, educação e saneamento são escassos na área de Belo Monte*
- *Nós devemos impedir Belo Monte agora, antes que o povo caiapó tome medidas desesperadas e arrisque suas vidas por causa da usina de Belo Monte*

Se continuarmos a análise empregando o esquema goffmaniano das entidades do self veremos que a estratégia emprega dois frames comunicacionais: o e-mail e o telefone. O vocabulários de motivos que constituem as “figuras” nos dois tipos de comunicação é praticamente o mesmo nos dois frames, ou seja, frases que relacionam efeitos políticas, econômicas, sociais ou ambientais à construção de Belo Monte como causa. Entretanto, quando as consideramos no contexto mais abstrato de um *frame* da ação coletiva, ou do protesto (Cf. JONSTON, NOKES, 2005), ocorre uma modulação,

uma transformação do quadro, quando se faz a mesma solicitação de apoio diretamente à presidente Dilma, por telefone. Na “figura” do e-mail as proposições sociais, políticas, econômicas ou ambientais estão articuladas. Nas mensagens por telefone a Aaava usa a estratégia operacional, mas também efetivamente simbólica, de separar essas proposições que, no entanto, estão articuladas ao self de cada interlocutor, que pode acatar a(s) que reconhece e valoriza mais. Porém, este exercício de adequar o esquema de Goffman é apenas reconstrutivo para este contexto, pois já há um desenvolvimento teórico e operacional da teoria do frame aplicada aos movimentos sociais, ou ao frame de protesto.

O quadro conceitual do frame do protesto, um desdobramento emergente da análise interacionista dos movimentos sociais, nos levaria a interpretar a estratégia ativista que vimos tomando como exemplo como uma instância de alinhamento do frame (*frame alignment*). Snow, Benford conceitaram o alinhamento do frame como a associação de orientações interpretativas do indivíduo e do movimento social, de forma que algum conjunto de interesses, valores, crenças e atividades individuais e as atividades, metas e a ideologia da organização do movimento social sejam congruentes e complementares (1986, p. 464). No entanto, o frame da ação coletiva não apenas orienta crenças e sentidos que inspiram e legitimam as atividades e campanhas organizadas pelo movimento social, como querem as vertentes mais construcionistas das teorias de movimentos sociais, mas também constitui os próprios resultados desses significados compartilhados e em negociação (Cf. Snow, Benford, 2000). Os autores, na esteira de Goffman, empregam diversas metáforas e analogias para identificar e caracterizar os processos de alinhamento no frame de protesto: fazer uma ponte (*bridging*), amplificação, extensão e transformação.

A “construção de pontes” compreende interligar diferentes frames que sejam ideologicamente congruentes mas estejam estruturalmente desconectados em relação a determinado problema. Pode-se considerar como exemplo de alinhamento por *bridging* a relação entre o Movimento LGBT do Brasil e núcleos de estudos pesquisa acadêmicos voltados à temática do gênero e da sexualidade. As redes de ativismo global, como a do exemplo aqui utilizado, efetivam intensivamente o *bridging*, principalmente por difusão em redes sociais virtuais, mas também por telefone, pela grande imprensa e até por formas tradicionais de comunicação, como panfletos, folderes e correio.

A amplificação consiste em intensificar, esclarecer, estetizar ou revigorar crenças e valores existentes, pois os sentidos dos eventos e coisas que competem à questão social

fundadora ficam em geral submersos pela indiferença, pela manipulação ideológica ou intencional por certos grupos. Entre os valores mais amplificados pelas organizações de movimentos sociais, estão a justiça, a igualdade, a solidariedade, a liberdade, a fraternidade etc. A amplificação é usada com mais ênfase na organização de movimentos que foram ou são estigmatizados porque seus valores confrontem crenças e valores dominantes. Os movimentos que defendem a virgindade, por exemplo, amplificam o valor da “pureza” e restauram antigas práticas sociais que associavam a virgindade à defesa de outros valores como a propriedade familiar, “moduladas” à moralidade de uma sociedade de consumidores, promovendo a venda de cartões ou vouchers de virgindade ou eventos como o “baile da pureza”, hoje comuns entre cristãos conservadores nos Estados Unidos.

O alinhamento por extensão requer que se amplie os principais interesses na organização de um movimento social, incluindo aspectos e assuntos considerados como importantes para potenciais partidários. Alguns movimentos antirracistas, por exemplo, empregaram bandas de rock ou free jazz, organizando concertos e outros eventos para mobilizar a opinião pública e atrair partidários. Há até registros de extensão em que a estrutura primária de organização da percepção é a própria indústria do rock e o frame do protesto é como uma segunda lâmina do frame. É o caso do movimento Rock Against Racism (RAR), formado em 1976, em represália a uma declaração feita pelo guitarrista e compositor Eric Clapton (“*keep Britain white*”), declarando seu apoio ao político conservador inglês Enoch Powell, que criticava, com acento xenofóbico, a imigração em massa de estrangeiros para o Reino Unido. A organização iniciou a mobilização enviando cartas às principais revistas de música popular, marcando a identidade e conclamando a adesão a um movimento contrário ao racismo: “*We want to organize a rank and file movement against the racist poison in music. We urge support for Rock Against Racism. P.S. Who shot the Sheriff, Eric? It sure as hell wasn't you*”². Empregou-se em favor do movimento toda a parafernália de recursos que a indústria cultural do rock utiliza: adesivos, camisetas, pôsters, faixas e um *zine* com o papel de comunicar as idéias do movimento. No entanto, a principal estratégia no frame foi a realização de concertos e passeatas organizadas com a Liga Antinazista e realizadas em 1977 e 1978, com

² Queremos organizar um movimento de base contra o veneno racista na música. Nós reivindicamos o apoio ao Rock Contra o Racismo. P.S. Quem matou o delegado? [alusão ao reggae *I shot the Sheriff*, que ficou famoso na interpretação de Eric Clapton] Certamente não foi você. (tradução do autor)

performances de Elvis Costello, The Clash, Steel Pulse, X-Ray Spex e Tom Robinson, atraindo mais de 100 mil pessoas. (Cf. No Brasil há significativos exemplos similares de extensão, mas com estrutura primária em movimentos culturais religiosos como os ministérios de música do movimento de renovação carismática, ligados à igreja católica, e os ministérios de louvor e o gospel evangélico, ligado a igrejas da linha neopentecostal.

Os processos de extensão no frame da ação coletiva têm como correlata uma ampliação interpretativa, hermenêutica, com base no estoque cultural disponível entre os agentes a serem cooptados. Por um lado, a extensão pode ser responsabilizada por uma perda no foco cultural que constitui o núcleo duro do *frame*, podendo levar à dispersão, mas por outro lado pode-se ganhar em ressonância. Esta metáfora sonora remete à efetividade do frame, ou seja, sua capacidade de sucesso para resolver as situações e dilemas sociais que conduziram à sua organização. O conteúdo do frame deve se relacionar à real situação de vida experimentada pelos seus potenciais agentes constituintes. Segundo Snow e Benford (1988) dois conjuntos de fatores que interagem explicam a variação em grau da ressonância do frame: a credibilidade do frame disponibilizado e sua relativa saliência. A credibilidade do frame, por sua vez, depende de sua consistência, da credibilidade empírica e da credibilidade dos articuladores e dos reivindicadores do frame. No que concerne à saliência em relação a alvos de mobilização Snow e Benford identificam três dimensões: centralidade, comensurabilidade de experiências e fidelidade narrativa. A centralidade remete à importância que as crenças, valores e idéias associadas com o movimento apresentam para as vidas na população que é objeto da mobilização. Já a comensurabilidade tem a ver com o grau de congruência ou de ressonância dos enquadramentos do movimento com as experiências cotidianas e pessoais dos alvos da mobilização. Finalmente, a fidelidade narrativa se refere à ressonância dos enquadramentos em relação às narrativas culturais ou “mitos” dos alvos.

O construto de ressonância tem grande importância metodológica no campo das teorias do enquadramento de movimentos sociais. As variáveis associadas à ressonância constituem marcadores empíricos da efetividade do movimento e questões a respeito de validade, mensuração e reconhecimento intersubjetivo de sua pertinência são cruciais para a própria manutenção e desenvolvimento dessa nova abordagem dos movimentos sociais, pelo menos em relação às famílias teóricas tradicionalmente reconhecidas: da mobilização de recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais. Nookes e

Johnston (2005) reconhecem, no que concerne à ressonância, que há na prática, pouco suporte empírico para sustentar tantas distinções conceituais como as estabelecidas por Snow e Benford e organizam uma tabela simplificada sobre as variáveis que afetam a ressonância de um frame:

Produtores de um frame Empreendedores do movimento	Receptores de um frame A audiência-alvo	Qualidades de um frame Conteúdo esquemático do frame
Credibilidade dos promotores: organização, profissionais, credenciais e expertise	Orientações ideológicas (o alvo da construção de pontes como alinhamento do frame)	Compatibilidade cultural: a centralidade avaliativa do frame, sua fidelidade narrativa e slogans (amplificação)
Autoridade carismática: qualidades pessoais raras e únicas de um líder do movimento	Orientações demográfica, atitudinal e moral (o propósito da extensão e da transformação do frame)	Consistência do frame
Orientação estratégica ou do marketing (ou cinismo)		Relevância (incluindo credibilidade empírica e comensurabilidade de experiências)

As estratégias, programas e valores que a organização do movimento social promovem ressoam positiva ou negativamente em relação a estilos de vida , rituais de interação e quadros interpretativos existentes. Quando ocorre uma contradição ou antítese entre o novo e o velho quadro da percepção, as crenças discrepantes devem ser reenquadradas e as velhos sentidos alijados, o que configura uma transformação no quadro, último processo estratégico de alinhamento. Apesar de sua pertinência ser reconhecida na família teórica do frame da ação coletiva, há escassa sustentação empírica de sua realização sistemática na agenda dos movimentos sociais, bem como na análise empírica de casos correlatos. (Cf. SNOW, BENFORD, 2000).

Dentre os principais conceitos das teorias do frame da ação coletiva ou do protesto, figura o de “quadros mestres” (*master frames*), tipos de quadros de escopo

muito amplo, que funcionam como uma espécie de algoritmo que constrange as orientações e atividades de outros movimentos. Segundo Snow e Benford (1992), “os quadros mestres estão para os movimentos de ação coletiva específicos assim como os paradigmas estão para as teorias finalizadas”. A possibilidade de agregar de alguma forma os movimentos sociais já estava presente no próprio Blumer, mentor do interacionismo simbólico, quando sugeria que os movimentos sociais gerais são tributários de um tipo de inquietude social. A idéia de uma motivação unificadora para os movimentos sociais foi retomada, com variações, por outros autores, como Orrin Klapp (correntes de inquietude) (KLAPP, 1972); McCarthy e Zald (organização) (MCCARTHY, ZALD, 1977) e Sidney Tarrow (ciclos de protesto) (TARROW, 1983). Poucos frames de protesto foram considerados como suficientemente amplos em termos de abrangência interpretativa, flexibilidade e ressonância cultural para operar como quadros mestres. Pode-se considerar, se nos pautarmos no caso brasileiro, que os frames de direitos sociais, de injustiça, de direitos ambientais atenderiam a esses requisitos, embora a literatura aponte outros exemplos de *master frames* (escolha, pluralismo cultural, terrorismo sexual, oposicional, hegemônico e “retorno à democracia”) (Cf. SNOW, BENFORD, 2000).

Considerações finais

A breve reconstrução aqui realizada da influência do interacionismo simbólico, de Blumer a Goffman, na elaboração e desenvolvimento da teoria do frame da ação coletiva ressalta o potencial heurístico de seu emprego em nível metateórico em relação às famílias de teorias de movimentos sociais já reconhecidas. O frame é um esquema interpretativo que orienta a percepção e a experiência dos indivíduos, atuando seletivamente identifica, pontua e codifica objetos, situações, experiências, eventos e sequências de ações presentes e pretéritas. Torna-se importante na análise da ação coletiva já que é compartilhado por um certo número de indivíduos, que passam a direcionar suas orientações cognitivas, em diferentes níveis da experiência, no sentido de um comportamento social padronizado e orientado a certos objetivos. No entanto, a eficácia na organização de um movimento social não depende apenas da natureza do trabalho interpretativo ou dos recursos da organização ou da relevância do conteúdo do frame e seus vocabulários de motivos em relação às experiências vividas pelos alvos da

mobilização, mas também pela recepção do frame. Em outras palavras, a ressonância do frame da ação coletiva está relacionada com sua recepção, com fatores externos à produção do frame que remetem ao perfil social e atitudinal dos prováveis constituintes, além de suas orientações ideológicas. Ainda assim, pode-se considerar que a teoria do frame privilegia um tipo de percepção e orientação seletiva do *self* diante de um estoque cultural compartilhado desigualmente graças às distinções de classe ou posição social. Portanto, torna-se bem vinda a incorporação de elementos da teoria do processo político, como a consideração estratégica da estrutura das oportunidades políticas. A seletividade para acentuar eventos, motivações ou situações e a coordenação desses elementos escolhidos com os tipos de recursos para reivindicação empregados não dependeria apenas do alinhamento do frame, mas também de constrangimentos ou incentivos das interações entre os ativistas e os detentores do poder, bem como do contexto histórico social e do regime político.

A popularização da perspectiva do enquadramento na análise dos movimentos sociais, evidenciada pelo número crescente de *papers*, artigos e pesquisas empíricas produzidas com base na teoria, além do crescimento significativo de citações dos artigos considerados fundadores ou seminais na perspectiva pode, em parte, ser explicada pelo potencial heurístico e a compatibilidade com a extensão do frame da ação coletiva, tanto em seu emprego reflexivo da própria orientação do movimento social, quanto no sentido epistemológico da produção de um conhecimento científico sobre a intervenção social medida pela organização de um movimento direcionado pelo frame. A extensão epistemológica do frame da ação coletiva amplia sua abrangência não somente a movimentos de escassa motivação política, mas também a mobilizações que não seriam consideradas movimentos sociais, no sentido de ações coletivas realizadas, pelo menos em seu início, com baixo grau de organização e fora da esfera institucional, principalmente em relação ao Estado ou ao governo. Estratégias de mobilização empregadas por órgãos estatais ou programas sociais governamentais têm sido objeto de análises por intermédio da teoria do frame da ação coletiva, sob a rubrica de “frames oficiais”, como a pesquisa sobre o enquadramento construído pelo FBI da “ameaça comunista” em Hollywood, desenvolvida por John A. Noakes (2005). Certamente a ação de programas de desenvolvimento econômico como os Arranjos Produtivos Locais ou a intervenção da Secretaria da Economia Solidária no associativismo cooperativista, ambas

no Brasil, constituiriam bom exemplos para estudos de caso da organização de frames de ação coletiva.

Por outro lado, a própria mídia ganha efetividade na organização e efetivação de frames de ação coletiva. Aliás, o interesse da perspectiva pela ação da mídia não é recente. William A. Gamson (1992) ressaltava, diferentemente de outros teóricos em sua época, a importância do estudo do discurso midiático. Gamson considera a mídia não só como agência central na produção do significado cultural, mas também como um dos pontos de convergência dos movimentos sociais para mudar a política pública ou as percepções. Seus trabalhos empíricos contribuem para estudo da opinião pública e consistem em análises de transcrições de discussões realizadas em pequenos grupos. Também se distinguiu por propor um método de identificação e codificação de quadros, sinalizando para a possibilidade de uma análise quantitativa do *frame*, empregando *softwares* estatísticos para “análise do conteúdo” de textos. A teoria de Gamson constitui a base para uma metodologia da análise do *frame* proposta por Hank Johnston (1995), que consistia, *grosso modo*, em submeter uma base empírica de textos falados e escritos de movimentos sociais a uma microanálise de *frames*, vistos como resultado de um planejamento estratégico, mas também de correntes culturais de âmbito internacional.

A leitura “engajada” feita por autores como Snow e Benford, Gamson e Johnston da análise do *frame* recebeu críticas, principalmente em razão da dificuldade em distinguir os conceitos de quadro e de estruturas ideológicas. Há também o que poderíamos aproximar de um problema da base empírica na teoria do *frame*, com reflexos na análise dos movimentos sociais. Qualquer transformação no quadro da experiência e percepção, como as modulações (*keyings*) e fabricações (*fabrications*), analisadas por Goffman, tem por base estruturas primárias de percepção de atividades (*primary frameworks*), como o quadro que torna inteligível uma conversa entre duas pessoas. Seria possível, contudo, considerar tal quadro como primário sendo que podemos empregar na conversação comum termos ou expressões empregados em comunicações intermediadas por computadores, por exemplo? Não há ainda respostas satisfatória a essas questões metodológicas, embora sua própria formulação e tratamento em alguns artigos (e.g., OLIVER, JOHNSTON, 2005; SNOW, 2004) já indique, em grau significativo, o aprimoramento da perspectiva e, por outro lado, o início de sua crítica interna.

Finalmente, há um problema, em nível metateórico, que está subjacente a todas as famílias de teorias de movimentos sociais, a questão do coletivo, como atributo ontológico e característica primordial dos movimentos sociais, que se desdobra associado a uma série de termos primitivos: identidade, intencionalidade, ação, consciência coletivas. O problema, clássico na metodologia das ciências sociais, pode ser enunciado da seguinte forma: o comportamento coletivo pode ser explicado pelo comportamento individual? Segundo o individualismo metodológico fenômenos sociais de larga escala, como mobilizações, insurreições e revoluções devem ser abordados pelas situações, disposições e crenças de indivíduos. Já para os holistas o comportamento social de indivíduos deveria ser explicado em termos das posições ocupadas ou funções desempenhadas pelos indivíduos no sistema social e das leis que governam esse sistema, consideradas *sui generis* e não derivadas de propriedades ou princípios individualísticos (Cf. MANDELBAUM, 1957).

A reivindicação de uma identidade coletiva para o movimento social tem raízes no pensamento sociológico clássico, inequivocamente holista, de Marx (MARX, ENGELS, 2007) e seguidores como Lukacs (1989), e de Durkheim (1999, 2000), por outro lado. Uma consciência de classe coletiva, “para si”, é necessária para o movimento revolucionário. Também para Durkheim uma consciência coletiva e solidária é indispensável para a efetivação da coesão e de uma moralidade social compartilhada. Já para Weber o fato de um indivíduo se posicionar numa situação de classe específica não implica uma forma de identidade ou participação na ação coletiva. Os grupos de status também não implicam formas de ação coletiva, embora se tornem conscientes de compartilhar um tipo de identidade coletiva. No entanto, a organização social em termos de uma identidade coletiva só se efetiva no partido político, que envolve associação e está sempre direcionado a metas, de uma forma planejada (Cf. WEBER, 1991).

A tradição interacionista, na esteira de G.H. Mead, sustenta uma fundamentação sociopsicológica da construção da identidade coletiva, com base na relação entre mente, *self* e sociedade (*mind, self and society*). O *self*, ou pessoa social, é construída com base em pressuposições, sentidos e estruturas sociais pré-existentes. Interagindo com outras pessoas nas diversas situações sociais, o *self* modela, por sua vez, as estruturas sociais, contextos e sentidos emergentes. Sociólogos influenciados pela fenomenologia, como Berger e Luckmann (2004), desenvolveram uma perspectiva construcionista que articula dialeticamente a realidade objetiva e sua apreensão subjetiva, psicológica:

A personalidade é uma entidade refletida, retratando as primeiras atitudes dos outros significativos em relação ao indivíduo; este torna-se o que é pela maneira como os outros significantes se lhe dirigem. Este não é um processo unilateral ou mecânico. Implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a autoidentificação, entre a identidade atribuída de modo objetivo e a identidade apropriada de modo subjetivo. A dialética que está presente em cada momento em que o indivíduo se identifica com os outros significativos para ele é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade que já tivemos condição de discutir. (2004, p. 140).

Outras aproximações da psicologia social, como a da teoria das representações sociais, de Moscovici, parecem conceber a identidade coletiva como produto de interações e de estruturas sociais (Cf. HUNT, BENFORD, 2004). Blumer, em “Comportamento coletivo” (*supra*, p. 3-5), incorpora as contribuições clássicas e o instrumental sociopsicológico para construir uma idéia de identidade coletiva aplicada aos movimentos sociais, ou seja, em instâncias em que o comportamento coletivo dá lugar à ação coletiva: a organização do movimento deve construir um *esprit de corps*, a partir de uma liderança reconhecida e pela constituição da consciência do coletivo, mediada por regras e valores associados a um conjunto de expectativas. Blumer também antecipa formulações subsequentes da identidade coletiva, ao incentivar a construção de ideologias e de uma moral coletiva. Ralph Turner e Lewis Killian (1959), por exemplo, consideravam que os processos de interação produzem “normas emergentes” que orientam os indivíduos na organização do movimento: “a atividade no movimento contribui no sentido de ancorar a autoconcepção, quando dá aos indivíduos um papel a desempenhar num drama que ressalta as metas do movimento e quando fornece a experiência bem sucedida que constrói a autoconfiança” (1959, p. 341).

A despeito de suas diferenças, as primeiras abordagens interacionistas da identidade coletiva na ontologia dos movimentos sociais são contrárias à explicação individualista metodológica da ação coletiva (e.g., OLSON, 1999), que, com base em teorias econômicas da escolha ou decisão, reduzem o comportamento coletivo a manifestações ou resultados de ações individuais. As abordagens interacionistas, tanto as clássicas como as recentes ligadas à teoria do *frame*, distanciam-se, portanto, no aspecto da fundamentação metodológica, da família teórica da mobilização dos recursos, explicativa dos movimentos sociais (TMR). Aproximam-se, por outro lado, das teorias

dos novos movimentos sociais, que valorizam a identidade coletiva e o reconhecimento. Autores como Melucci, Habermas e Touraine consideram que os valores da consciência crítica do movimento não devem ser pré-estabelecidos, mas construídos intersubjetivamente, discutidos coletivamente e repercutidos na esfera pública. Contudo, se o processo construtivo e deliberativo sobre esses valores é coletivo, seria também coletiva a intenção subjacente que o instaura, ou esta poderia ser relacionada a interesses ou intenções individuais que predominariam em decorrência de estratégias de convencimento, persuasão ou até coerção?

A discussão metateórica sobre a ação conjunta ou a intencionalidade coletiva, em contraposição ao individualismo metodológico presente nas teorias da escolha racional, floresceu a partir do final da década de 1980, mas adquiriu maior amplitude e consistência argumentativa na primeira década do século presente. Embora não se tenha a pretensão de avaliar ou sequer ingressar aqui nesse debate, convém destacar algumas posições que parecem mais próximas à compreensão interacionista dos movimentos sociais aprimorada com a teoria do *frame*. Amartya Sen, no próprio campo da economia, abalou a confiança na explicação que considera à maximização dos objetivos individuais dos agentes (*agent's self-goals*) como principal fator que orienta a ação social. Sen valoriza o compromisso (*commitment*) do agente, que tem como características principais o princípio moral da equidade e reciprocidade, além do interesse altruístico pelo bem estar dos outros, para analisar o comportamento perante a manutenção ou obtenção de benefícios públicos (SEN, 1970; 1997). Os autores que enfatizam o compromisso para explicar a intencionalidade na ação conjunta, como Raimo Tuomela (1984, 1991), Nuno Martins (2009), Philip Pettit e David Schweikard (2006) e Margaret Gilbert (2006), tentam explicar o que é “fazer algo” juntos, implicando algum tipo de consequência na ontologia do ser social. Nuno Martins propõe, influenciado pela perspectiva do realismo crítico defendida pelo filósofo indiano Roy Bhaskar (BHASKAR et al, 1998), um modelo transformacional da atividade social que incorpora a rejeição de Amartya Sen a explicar a ação social unicamente pela interação entre agentes que maximizam interesses e metas individuais, pois isso contraria os atributos da racionalidade e da liberdade que fazem parte da natureza social. O voluntarismo, por exemplo, não seria justificado caso se mantenha o cálculo de custos e benefícios. Para Martins a “cooperação existe porque os agentes se dispõem diante de uma estrutura social ontologicamente distinta que eles continuamente reproduzem e/ou transformam. Essa estrutura social ontologicamente

distinta é uma causa material que, combinada com a causação eficiente do agente humano, conduz à ação humana” (2009, p. 340-1). A noção de “intencionalidade coletiva” de John Searle é também apropriada e associada ao conceito de *habitus*, de Bourdieu, para explicar como os seres humanos são capazes de se identificar com uma comunidade e se orientar por valores coletivos. A intencionalidade coletiva, segundo Searle (1995), compreende compartilhar crenças, desejos e intenções num modo de ação “nós” (*we-mode*). Os indivíduos que se orientam pelo modo “nós” não encaram a situação por suas perspectivas individuais, mas pela perspectiva do coletivo com o qual se identificam. Quando decidimos por meio do modo “nós”, imaginamos qual é *nosso* objetivo na situação e quais são *nostros* melhores meios para atingi-lo e então constituímos uma intenção “nós” da forma: “*Nós* faremos X” (Cf. SAARISTO, 2006; TUOMELA, 1991).

A explicação da ação coletiva feita por Margaret Gilbert avança mais no sentido de uma teoria do coletivo irreduzível ao comportamento ou às decisões individuais, pois exige um “compromisso conjunto” (*joint commitment*) na ação coletiva. Um compromisso conjunto conecta as partes pelo menos conferindo a elas razão suficiente para agir em conformidade ao pacto, pelo menos até que o compromisso conjunto tenha sido satisfeito, ou conjuntamente rescindido ou, de outra forma, conjuntamente interrompido. Assim, a proposta de Gilbert para a ação coletiva exige o compromisso conjunto, condição que não é exigida para Searle, Tuomela ou Martins, que prescrevem apenas um componente cognitivo-psicológico, um tipo de estado mental em cada indivíduo, o *we-mode*. Já o compromisso comum exige uma situação, um “estado de coisas” em que possíveis expressões do compromisso sejam compreendidas. Segundo Gilbert, “*expressões* mútuas em *condições de conhecimento comum* são condições necessárias para a criação de um compromisso conjunto” (2006, p. 10, destaque da autora). A autora enuncia a efetivação de uma ação coletiva da seguinte forma: “As pessoas X e Y estão coletivamente fazendo A se e somente se eles coletivamente pretendem fazer A, e cada um está efetivamente agindo, em vista do compromisso conjunto associado, para efetivar o cumprimento dessa intenção” (2006, p. 12). A ação coletiva só pode ocorrer se os membros do coletivo compreenderem a situação de uma certa forma e seu comportamento será explicável em termos dessa interpretação. Importa é que os participantes estejam conjuntamente comprometidos com essa forma de compreensão. Os agentes de um coletivo são capazes de tomar suas próprias decisões,

deliberar e estabelecer seus próprios objetivos, isto é, de atuarem como “agentes singulares”. Além disso, são capazes de considerar as razões requeridas para agir de uma forma ou de outra e agir de acordo com o que prescreve a razão. Na agência coletiva, os indivíduos, como agentes singulares, agem nos limites da razão e, na condição de conjuntamente compromissados, agem também racionalmente, como “sujeitos plurais”, nos termos de Margaret Gilbert.

A argumentação de Gilbert a favor da racionalidade da ação coletiva, intermediada por um compromisso conjunto, encerra esta análise da influência da tradição interacionista, com destaque para a teoria do *frame*, nas teorias dos movimentos sociais. Fundamentada no campo da filosofia analítica, que fertiliza mais as explicações causalistas e o realismo nas ciências sociais, a teoria de Gilbert mostra-se compatível, no aspecto da valorização cognitiva e interpretativa da situação e das interações entre participantes conjuntamente compromissados, com o construcionismo herdado da fenomenologia e presente na teoria do *frame* e, ainda que por outros caminhos, nas teorias dos novos movimentos sociais (TNMS). Nessa última família teórica adota-se, segundo a interpretação de Rousiley Maia (2009) uma perspectiva hermenêutica, “que busca compreender o modo pelo qual os atores coletivos produzem o autoentendimento e as definições que constroem *em interação* com outros atores sociais, numa teia de relações, dentro de contextos sóciohistóricos específicos”.

A análise de situações e interações, e de sua relação com o *self* e a ação social, idéia tão cara aos interacionistas, recobra seu valor metodológico na TNMS e na própria organização dos movimentos, de modo reflexivo. A situação social foi, durante muito tempo, uma variável explicativa negligenciada pelas ciências sociais, em comparação a outras como sexo, raça, classe, geração (Cf. GOFFMAN, 2002 [1964]). No entanto, considerar situações atuais em que o reconhecimento positivo do *self* é precário ou inexistente, levar o coletivo a questioná-las, identificar elementos, relações e discursos que precisam ser transformados e redefinir sua orientação para agir e intervir contra essa classe de situações desfavoráveis e injustas, são atividades fundamentais em mobilizações ativistas. A teoria do *frame* do protesto possibilita a compreensão dos motivos relacionados à manutenção de uma situação desfavorável e instrumentaliza a construção de estratégias e artifícios necessários à intervenção social, conduzindo o coletivo a redefinir os elementos culturais que figuravam aquela situação como tolerável ou insuperável, a despeito do sofrimento experimentado. O compartilhamento dessa

redefinição linguística, prática e cognitiva facilita e aprimora a organização do movimento social, colaborando para o sucesso da intervenção.

Referências

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- BATESON, Gregory. A theory of play and phantasy. In: *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972 [1954]
- BENFORD, Robert D. 'You could be the hundredth monkey': collective action frames and vocabularies of motive within the nuclear disarmament movement. *Sociological Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 195-216, 1993.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 2ed. Lisboa: Dinalivro, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BHASKAR, Roy et al. (Eds.). *CriticalRealism: Essential Readings*, Routledge, London, 1998.
- BLUMER, Herbert. Collective behavior. In: PARK, Robert (Ed.). *An Outline of the Principles of Sociology*. New York: Barnes and Noble, 1939. p. 221-280.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GAMSON, William A. *Talking Politics*. Boston: Cambridge University, 1992.
- GILBERT, Margareth. Rationality in Collective Action. *Philosophy of the Social Sciences*. V. 36, n. 1, p. 3-17, March, 2006.
- GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Bianca T.; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolinguística Interacional*. 2ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 13-20.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper, 1974.
- GOHN, Maria da G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HABERMAS, Jurgen. Un informe bibliográfico (1967): la lógica de las ciencias sociales. *La lógica de las ciencias sociales*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Tecnos, 1996 [1967]. p. 81-275.

- HABERMAS, Jurgen. *The theory of communicative action – Reason and the rationalization of society*. Boston: Beacon, 1984 [1981].
- HABERMAS, Jurgen. New social movements. *Telos*, New York, n 49, 1981.
- HABERMAS, Jurgen. *The theory of communicative action – Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon, 1987 [1985].
- HUNT, Scott A.; BENFORD, Robert D. Collective Identity, Solidarity and Commitment. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.A.; KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 433-457.
- JAMES, William. *Principles of Psychology*, v. 2 New York: Dover Publications, 1950, cap. 21, p. 283-324.
- JOHNSTON, Hank. A methodology for *frame analysis*: from discourse to cognitive schemata. *Social movements protest and contention*, v. 4, p. 217-246, 1995.
- JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A. Frames of protest: a road map to a perspective. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A (Eds.). *Frames of protest*. Social movements and the Framing Perspective. Lauham: Rowman & Littlefield, 2005. p. 1-29.
- KLAPP, Orrin. *Currents of Unrest: An Introduction to Collective Behavior*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.
- LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge: Cambridge University, 1978.
- LINDESMITH, Alfred R., STRAUSS, Anselm L., DENZIN, Norman (Orgs.) *Social Psychology*. 6. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1988.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal, Publicações Escorpão, 1989.
- LYMAN, Stanford M.; SCOTT, Marvin B. Accounts. In: *A sociology of the absurd*. 2ed. Dix Hills: General Hall, 1989 [1968]. p. 112-132.
- MARTINS, Nuno. Rules, Social Ontology and Collective Identity. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 39, n. 3, p. 323-344, 2009.
- MAIA, Rousiley . Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.
- MANDELBAUM, Maurice. Societal Laws, *British Journal for the Philosophy of Science*. v. 8, n. 31, p. 211-224, 1957.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MEAD, George H. *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago, 1932. Disponível on-line:
http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html
 (10/07/2011)

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, n. 2, 1981.

MOORE, Ryan; ROBERTS, Mike. Peace Punks and Punks against Racism: Resource Mobilization and Frame Construction in the Punk Movement. *Music and Arts in Action*, San Diego, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em <
<http://musicandartsinaction.net/index.php/maia/article/view/punkmovements>>. Acesso em 15/07/2011.

NUNES, Jordão Horta. *O interacionismo simbólico e a dramaturgia: a sociologia de Goffman*. São Paulo: Humanitas/Goiânia: Editora da UFG, 2004.

OLIVER, Pamela E. JOHNSTON, Hank. What a good idea! Ideologies and frames in social research. In: JOHNSTON, Hank; NOAKES, John A (Eds.). *Frames of protest. Social movements and the Framing Perspective*. Lauham: Rowman & Littlefield, 2005. p. 185-203.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.

SAARISTO, Antti. There Is No Escape from Philosophy. Collective Intentionality and Empirical Social Science. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 36, n. 1, p. 40-66, 2006.

SCHUTZ, Alfred. On multiple realities. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, V (1945): 533-576.

SEARLE, John R. *The construction of social reality*. London: Penguin, 1995.

SEN, Amartya K. *Collective Choice and Social Welfare*. San Francisco: Holden-Day, 1970.

SEN, Amartya K. Maximization and The Act of Choice, *Econometrica*, v. 65, n. 4, p. 745-779, 1997.

SNOW, David A. et al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.

- SNOW, David A. Extending and Broadening Blumer's Conceptualization of Symbolic Interactionism. *Symbolic Interaction*, v. 24, n. 3, p. 367-377, 2001.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master *Frames* and Cycles of Protest. In : MORRIS, A. D. ; MUELLER, C. M. (eds.), *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University, 1992. p. 133–155.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, n. 26, p. 611-29, 2000.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, *frame* resonance, and participant mobilization. In: KLANDERMANS, B., KRIESI, H. e TARROW, S. (eds.) *International Social Movement Research: V. 1*. London: JAI Press, 1988.
- SNOW, David. A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.A.; KRIESI, Hanspeter (Eds.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 380-411.
- STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras – A busca de identidade*. São Paulo: Editora da USP, 1999 [1959].
- TARROW, Sidney. *Struggling to Reform: Social Movements and Policy Change during Cycles of Protest*. Ithaca, N.Y.: Western Societies Program, Cornell University, 1983.
- TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records.
- TOURAINE, Alain. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.
- TUOMELA, Raimo. *A Theory of Social Action*. Dordrecht: Reidel, 1984.
- TUOMELA, Raimo. We will do it: An analysis of group intentions. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 51, n. 2, p. 249-77, 1991.
- TURNER, Ralph; KILLIAN, Lewis M. *Collective Behavior*. Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1957.
- WEBER. *Economia e Sociedade. V 1*. Brasília: Editora UnB, 1991.